



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES.

Referência: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2025**
Processo nº 00200.019742/2024-38
ABERTURA: 23/05/2025 às 09h30min

MAIDA INFOWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.239.608/0001-36, com endereço na Avenida Universitária, nº 750, sala 1910/1918, Fátima, Teresina/PI, CEP: 64.049-494, adiante denominada “Impugnante”, por seu procurador, Sr. André Machado Júnior, brasileiro, solteiro, diretor executivo, inscrito no CPF sob o nº 005.128.869-97, vem, com fulcro no item 17 do Edital, tempestivamente à presença de V. Sa., apresentar **IMPUGNAÇÃO** aos termos do Edital supracitado, o que faz consoante razões de fato e de direito adiantes expostas.

I. DO CABIMENTO

Cuida-se de busca de tutela direito pela via administrativa através da apresentação de pedido de impugnação, sendo cabido o recurso ora interposto, por preencher os pressupostos previstos no ordenamento jurídico, em conformidade com o artigo 164 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

É legítimo o interesse em impugnar, uma vez que a legitimidade é atribuída a qualquer pessoa desde que obedecido o protocolo do pedido em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. Como a data prevista para abertura é 23/05/2025, é tempestiva, portanto, a presente impugnação.

II. DOS FATOS

Como é sabido, a **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, está promovendo o pregão eletrônico em epígrafe, tendo por objeto a *“contratação de empresa para a prestação de serviços continuados de suporte à operação do plano de saúde do Senado Federal, o Sistema Integrado de Saúde (SIS), especificamente para execução das atividades relacionadas ao macroprocesso Análise e Processamento de contas, durante 30 (trinta) meses consecutivos.”*.

Nesse sentido, interessada em afluir ao certame, a Impugnante adquiriu o edital de licitação no intuito de, embasando-se nesse documento, apresentar proposta válida. Entretanto, quando da análise das prescrições inseridas no edital, a Impugnante encontrou algumas inconsistências que impossibilitam a correta formulação de sua proposta.

Cumpramos manifestar a impugnante, preliminarmente, seu respeito pelo trabalho do Ilustre Pregoeiro da equipe de apoio, e de todo o corpo do Setor de Licitações. As divergências, objeto da presente Impugnação, referem-se unicamente à aplicação da Constituição Federal, bem como da Lei Federal no 14.133/21 em relação ao procedimento licitatório em exame. Não afetam, sob nenhuma hipótese, o respeito do ora impugnante pela instituição e pelos profissionais que a integram.



Assim, faz-se necessário destacar que o Edital possui em seu bojo exigências que conflitam diretamente com os ditames legais. Portanto, Serve a presente manifestação, para pugnar pelo devido afastamento das disposições em desconformidade com o ordenamento jurídico pátrio, de acordo com os argumentos adiante esposados.

III. DOS FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

III. 1. DA ILEGALIDADE DA VEDAÇÃO – AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO TÉCNICA – VIOLAÇÃO À AMPLA CONCORRÊNCIA E COMPETITIVIDADE.

Inicialmente, vale consignar que a licitação é um sistema baseado na ampla competitividade, no julgamento objetivo das propostas e na igualdade de condições, que devem ser respeitados para fins de buscar a proposta mais vantajosa à administração, e respeitar os princípios constitucionais da Administração Pública, como legalidade, moralidade, impessoalidade. Não à toa, é o sistema eleito pelo Constituinte Originário para as contratações da Administração:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de LICITAÇÃO PÚBLICA que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Ainda, a Lei nº 14.133/2021A reitera esse direcionamento, estabelecendo princípios e normas orientadoras do procedimento licitatório. Dentre eles, destaca-se a exigência de fundamentação adequada e proporcionalidade em eventuais restrições à participação de interessados, o artigo 5º da referida norma dispõe:

Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

No tocante à possibilidade de restrição à participação de licitantes, o artigo 14 da Lei nº 14.133/2021 admite tais limitações **apenas nos casos estritamente necessários e tecnicamente justificados**.

Ocorre que, a cláusula 2.3.8 do edital estabelece o seguinte:

*“2.3.8. **Não poderá participar** da presente licitação [...] a empresa que tenha sido declarada vencedora do Pregão referente ao edital do Processo nº 00200.019741/2024-38 [...].*



2.3.8.1. A licitante vencedora deste pregão **não poderá participar** dos pregões referentes aos editais dos Processos nº 00200.019743/2024-82 e nº 00200.019744/2024-27 [...].”

Tal cláusula representa uma **vedação genérica**, baseada apenas na alegação de que “as atividades contempladas em cada um dos editais devem ser prestadas por empresas distintas”. Contudo, **não há qualquer motivação técnica** que fundamente tal impedimento, tampouco estudo, análise de risco, parecer jurídico ou plano de contratações que comprove eventual conflito operacional ou incompatibilidade funcional.

Essa omissão viola o **princípio da motivação dos atos administrativos** e contraria diretamente o comando legal que exige fundamentação objetiva para quaisquer restrições à competição. Em termos práticos, a medida compromete a isonomia entre os licitantes, afasta potenciais participantes qualificados e impõe custos desnecessários à Administração, além de prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa.

A doutrina clássica reforça esse entendimento. Como bem ensina **Adilson Abreu Dallari**, em sua obra *Aspectos Jurídicos da Licitação*:

“O edital é um instrumento de chamamento, e deve servir para trazer pessoas, e não para impedir que pessoas que efetivamente poderiam contratar se afastem da licitação. O edital não pode conter cláusulas que representem barreiras impeditivas de participação no procedimento, a quem realmente tem condições de participar ou a quem realmente esteja disposto a se instrumentar para participar.”

A jurisprudência do **Tribunal de Contas da União (TCU)** é igualmente pacífica ao afirmar que **qualquer restrição à participação deve ser excepcional, proporcional e devidamente motivada**. A vedação imposta pelo edital, nos termos em que foi formulada, mostra-se **ampla, irrestrita e carente de justificativa técnica**, o que a torna **desproporcional e ilegal**. Tal condição ainda expõe a Administração ao risco de **prejuízo à obtenção de propostas mais vantajosas**, ao limitar indevidamente a concorrência.

Diante do exposto, requer-se a **retificação do edital** com a **exclusão da cláusula 2.3.8**, restaurando-se a legalidade do certame e assegurando a plena observância dos princípios da isonomia, da motivação, da razoabilidade e da competitividade.

IV. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Impugnante seja conferido provimento a presente Impugnação a fim de promover a correção do ato convocatório para que se afaste do edital os vícios acima elencados, de forma a obedecer ao ordenamento jurídico vigente, e viabilizar a adequada formulação da proposta por parte das licitantes.

Requer ainda a Impugnante que a Comissão do presente Pregão, após promover os ajustes necessários no edital – nos termos, e pelas razões, expostos acima –, republique-o, concedendo novo prazo para apresentação das propostas e/ou de novas Impugnações e pedidos de esclarecimento, observando as condições estabelecidas na Lei Federal nº. 14.133/2021.



Por fim, requer, caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, seja mantida a irresignação da ora Impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Recife, 19 de maio de 2025.

MAIDA INFOWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA

CNPJ/ME nº 01.239.608/0001-36

André Machado Júnior

Diretor Executivo

CPF sob o nº 005.128.869-97

licitacao@maida.health